



**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
13ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG**

**JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
JUNE BAYÃO GOMES GUERRA**



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 7.471, de 30-4-1986
Data da instalação: 18-5-1987
Data de implantação do PJe: 24-3-2015

Jurisdição: Belo Horizonte.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 15-6-2021, p. 1.



ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 28-9-20

Às 13 horas do dia vinte e cinco de junho de 2021, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Ana Maria Amorim Rebouças**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Zoom, instituída pelo Ato Conjunto TST/CSJT/GP Nº 54, de 29 de dezembro de 2020 na 13ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na Avenida Augusto de Lima, 1.234 – 16º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico a MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **June Bayão Gomes Guerra**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Daniela Leite Rocha; os servidores Ana Cristina Câncio da Cruz, Cássia Valle, Clítia de Assis Miranda, Eduardo Cioglia, Geraldo Vieira Rosa, Júlia Tavares de Oliveira, Raphaella Paiva Braga Tauschek, Rodrigo Figueiredo Monte-Raso, Rosemary Pinto Moreira e Rosilaine Pereira Braga Dainez e a estagiária Andrezza Diana Andrade Santos. Ausente o servidor Carlos Henrique da Silva Ferreira, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 387 processos, distribuídos neste ano até o dia 16-6-2021, apurando-se a média de 3,6 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu até o dia 16-6-2021, 26 cartas precatórias, dentre elas 11 executórias. Das recebidas em 2021, 18 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 659 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 178 processos foram remetidos neste ano até o dia 16-7-2021.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 15 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 61 processos com perícia designada, aguardando laudo.



1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 409 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 86 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 53 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC, há 1 processo sobrestado já julgado, com incidentes de Repercussão Geral, pelo STF.

Abaixo seguem as orientações do NUGEPNAC quanto ao processo sobrestado e quanto ao processo com tema lançado equivocadamente:

OBSERVAÇÕES GERAIS:

Temas julgados da Repercussão Geral: 13; 18; 25; 28; 32; 45; 106; 112; 131; 137; 149; 152; 190; 191; 246; 253; 308; 355; 361; 368; 383; 494; 497; 505; 511; 521; 550; 551; 606; 679; 725; 739; 808; 810; 841; 850; 853; 864; 897; 932; 958; 985; 990; 992; 994; 1037; 1075; 1092.

Temas julgados de Recurso de Revista Repetitivos: 1; 2; 4; 5; 6; 7; 10; 12; 14; 17

OBS. O Tema 13 foi julgado. Porém, o STF determinou a suspensão de todos os processos que versam sobre a matéria.

A diretriz sugerida pela 1ª Vice-Presidência deste Regional quanto ao momento do encerramento do sobrestamento, alinhada com o posicionamento do STF, comunicada aos Magistrados nos Ofícios Circulares n. GVP1/7/2019 e GVP1/8/2019, é nos seguintes termos: “O **marco temporal** a ser considerado para o dessobrestamento e prosseguimento dos processos suspensos em razão de recurso extraordinário com repercussão geral ou de recursos submetidos à sistemática dos repetitivos deve ser a **publicação da ata de julgamento em sessão plenária.**”

Os lançamentos de sobrestamento em virtude de julgamentos de repercussão geral e de casos repetitivos devem ser **confirmados** diariamente no sistema SJV/SJVPI, nos termos do art. 13, § 2º, da Resolução CNJ n. 235/2016. Os processos com sobrestamento genérico (assim chamados aqueles que não decorrem de repercussão geral, IRRR, IRDR e IAC), devem ser **ignorados** também diariamente.

OBSERVAÇÕES/ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS:

Processo sobrestado pelo Tema 246 da 13ª VT de BH:

0002087-95.2011.5.03.0013



O Tema 246 de repercussão geral foi apreciado pelo STF em 30/03/2017 e transitou em julgado em 1º/10/2019, após rejeição de embargos de declaração, conforme informações disponíveis no quadro informativo “Temas de interesse da Justiça do Trabalho (Repercussão Geral – STF)”, acessado pela aba “JURISPRUDÊNCIA/STF/Repercussão Geral” na página inicial do site deste TRT3).

Em consulta realizada no site deste Regional e do TST, observou-se que o processo indicado acima foi suspenso pela 13ª VT de BH, em razão do Tema 246 de repercussão geral, em junho de 2018, sem comando judicial para tanto, quando já se encontrava no TST para apreciação de recurso, onde foi sobrestado por esse motivo em agosto de 2016. Esse processo retomou o andamento no TST em outubro/2019. Porém, em abril de 2021 foi novamente sobrestado, desta feita pelo Tema 1118.

Orientação: Para correta informação de dados do acervo de processos suspensos ao CNJ, encerrar o sobrestamento pelo motivo do Tema 246, ante o trânsito em julgado. Ressalta-se que eventual sobrestamento em instância superior em decorrência de repercussão geral ou de incidente de recursos repetitivos não deve repercutir na instância de origem.

Entendendo o Juízo da 13ª VT de BH que o processo deva permanecer suspenso até a resolução final do recurso, o lançamento correspondente no SIAP deve ser genérico, sem referência a repercussão geral. Nesse caso, é necessário ignorar o lançamento no dia seguinte no sistema SJVPI.

Processo sobrestado pelo Tema 739 da 13ª VT de BH:

0011244-82.2017.5.03.0013

O Tema da repercussão geral n. 739 foi apreciado pelo STF em 11/10/2018, com publicação do acórdão pertinente em 6/3/2019, operando-se o trânsito em julgado em 14/3/2019.

No presente caso, contudo, a pesquisa no PJe revelou que a determinação judicial de sobrestamento no processo indicado acima embasou-se no Tema 1046 da repercussão Geral. Todavia, na sequência foi lançado, equivocadamente, o seguinte movimento: “Suspenso ou sobrestado o processo por recurso extraordinário com repercussão geral (Tema nº 739). Esse lançamento não foi confirmado no sistema SJVPI.

Orientação: Corrigir o movimento equivocado tanto no PJe quanto no sistema SJVPI, para adequação ao comando judicial. Seguir os procedimentos:

Iniciar pelo sistema SJVPI:

- 1) acessar a tela "Consulta/Valida Processos sobrestados", selecionando o filtro "Confirmados e não confirmados" na caixa "Mostrar sobrestamentos";
- 2) lançar o número do processo indicado acima no campo "Número do processo (CNJ)";
- 3) clicar em "Pesquisar" (ícone da lupa);
- 4) o processo vai ser listado no campo "Sobrestamentos encontrados";
- 5) selecionar esse processo e clicar em "Alterar sobrestamento" (parte inferior);



6) quando abrir uma caixa de diálogo, lançar o número 1046 no campo “Número do Tema/Controvérsia”. As demais informações permanecerão as mesmas.

7) após, salvar alteração (última caixa à esquerda).

OBS. O lançamento vai ficar confirmado automaticamente.

No PJe (somente após alteração no SJVPI):

- 1) Clicar no ícone “detalhes do processo”;
- 2) selecionar o ícone “exibir movimentos” (segundo dentre seis ícones);
- 3) localizar o movimento de sobrestamento que foi lançado e clicar na figura do “lápis” (“retificar movimento”) que se encontra no canto superior direito;
- 4) quando abrir uma janela, preencher os complementos solicitados:
 - a) escolher “Tema (106)” no campo “Tipo Tema/controvérsia” (sempre será Tema);
 - b) lançar o n. 1046 no campo “Número tema/controvérsia STF”;
- 5) em seguida, gravar a alteração (botão na parte superior, em destaque azul), confirmando que deseja realmente retificar o movimento.

OBS. Após a retificação, vai ficar registrado nos detalhes: “Ajustado o andamento processual para inclusão em XXXXXX do movimento Suspenso ou sobrestado o processo por recurso extraordinário com repercussão geral (Tema nº 1046)”.

Lançamentos não confirmados da 13ª VT de BH:

Processos com destaque em laranja na planilha de sobrestados, encaminhada em anexo.

Uma pesquisa por amostragem no PJe revelou que no processo n. 0011449-14.2017.5.03.0013 a determinação judicial de sobrestamento embasou-se no Tema 1046 da repercussão geral. Em consequência, foi lançado o movimento correspondente no PJe. Assim, esse lançamento deve ser confirmado no sistema SJVPI.

Sendo idêntica a hipótese dos demais processos constantes da planilha acima referida, esses também devem ser confirmados no sistema SJVPI.

Orientação: Para confirmar os lançamentos no sistema SJVPI, seguir os procedimentos abaixo:

- 1) acessar a tela “Consulta/Valida Processos sobrestados”, selecionando o filtro “Somente os Não Confirmados” na caixa “Mostrar sobrestamentos”;
- 2) clicar em “Pesquisar” (ícone da lupa);
- 3) todos os processos não confirmados/ignorados vão ser listados no campo “Sobrestamentos encontrados”;
- 4) selecionar os processos com destaque em laranja na planilha de sobrestados referida acima (após verificação do comando judicial correspondente);
- 5) em seguida, clicar no botão “Confirmar sobrestamento(s)” na parte inferior.

OBS. Os lançamentos vão ficar confirmados automaticamente.



Lançamentos não ignorados da 13ª VT de BH:

Processos com destaque em verde na planilha de sobrestados, encaminhada em anexo.

Uma pesquisa por amostragem no PJe revelou que no processo n. 0010522-77.2019.5.03.0013 a determinação judicial de sobrestamento não se embasou em repercussão geral, em incidentes de recursos repetitivos ou em IAC. Tanto que foi registrado movimento de sobrestamento genérico. Assim, esse lançamento deve ser ignorado no sistema SJVPI. Sendo idêntica a hipótese dos demais processos constantes da planilha acima referida, esses também devem ser ignorados no sistema SJVPI.

Orientação: Para ignorar os lançamentos no sistema SJVPI, seguir os procedimentos abaixo:

- 1) acessar a tela "Consulta/Valida Processos sobrestados", selecionando o filtro " Somente os Não Confirmados" na caixa "Mostrar sobrestamentos";
- 2) clicar em "Pesquisar" (ícone da lupa);
- 3) todos os processos não confirmados/ignorados vão ser listados no campo "Sobrestamentos encontrados";
- 4) selecionar os processos com destaque em verde na planilha de sobrestados referida acima (após verificação do comando judicial correspondente);
- 5) em seguida, clicar no botão "ignorar sobrestamento(s)" na parte inferior.

Processos examinados na correição:

– 0010022/20, 0010017/21, 0010007/21, 0010176/21, 0010347/20, 0010644/20, 0010554/19, 0010878/19, 0010356/19 e 0010379/19: Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

Recomenda-se que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema e-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema e-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e "dessobrestamento" elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019 e 41,39% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 40% (dados



extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Belo Horizonte - 13ª Vara							
Indicador	Ano	2016	2017	2018	2019	2020	01/01/2021 11/01/2021	01/01/2021 21/01/2021
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)		41,25	40,65	34,55	27,98	42,47	43,07	40,22

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2021 até 16-6-2021)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	56
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	356
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	12

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas:

Processos sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	6
--	---

Não há processos com mais de 300 dias sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução.



1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2014	2	7
2015	1	6
2016	10	5
2017	18	4
2018	19	3
2019	48	2
2020	123	1
2021 – ano de referência	203	
TOTAL	424	0,99

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de junho até o dia 16-6):

Processo	Classe	Tarefa
0000699-55.2014.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0001904-22.2014.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0000096-45.2015.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010128-75.2016.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010378-11.2016.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010473-41.2016.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010510-68.2016.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento



0010859-71.2016.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011135-05.2016.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011553-40.2016.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011883-37.2016.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011945-77.2016.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011953-54.2016.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010279-07.2017.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010282-59.2017.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010429-85.2017.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010868-96.2017.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010919-10.2017.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011045-60.2017.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0011180-69.2017.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	2
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	475



FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	12
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	162

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	12
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	817

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	de Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		o Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	12

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019 e 63,28% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 57% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).



Vara do Trabalho

Belo Horizonte - 13ª Vara

Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	69,16	76,99	59,16	49,27	72,30	75,26	70,50
--	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 1.111 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 630 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 5 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 476 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2021 até 16/06/2021

No ano anterior, até dia 16/06/2020 - havia 1.096 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 589 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 8 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 499 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de junho até o dia 16-6):

Processo	Classe	Tarefa
0068600-21.2006.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Despacho
0000650-19.2011.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Processo Retornou Do Concluído Para Despacho
0000853-78.2011.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Processo Enviado Ao Trt - Recursos



0000065-98.2010.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Processo Retornou Do Concluído Para Despacho
0002221-54.2013.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	Cumprimento De Providências
0002065-66.2013.5.03.0013	Execução Provisória Em Autos Suplementares	Despacho
0010662-62.2015.5.03.0010	Execução De Certidão De Crédito Judicial	Aguardando Prazo
0000489-67.2015.5.03.0013	Execução Provisória Em Autos Suplementares	Embargos À Execução Não Conhecidos
0010884-21.2015.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando Prazo
0011023-70.2015.5.03.0013	Exibição	Aguardando Final Do Sobrestamento
0010125-57.2015.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento De Providências
0000484-45.2015.5.03.0013	Execução Provisória Em Autos Suplementares	Processo Retornou Do Concluído Para Despacho
0010595-88.2015.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar Despacho
0000499-14.2015.5.03.0013	Execução Provisória Em Autos Suplementares	Processo Retornou Da Central De Conciliação De 1º Grau
0010150-70.2015.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando Prazo
0000506-06.2015.5.03.0013	Execução Provisória Em Autos Suplementares	Despacho
0010956-08.2015.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento De Providências
0128100-81.2007.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Despacho
0010524-52.2016.5.03.0013	Execução Fiscal	Aguardando Prazo
0011074-81.2015.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento De Providências



1º grau

Fase de Execução

Período de referência de 01/04/21 a 31/05/21



Belo Horizonte - 13a Vara	117	121	835
---------------------------	-----	-----	-----

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados) extraídos do sistema e-Gestão (dados apurados no mês de junho até o dia 16-6):

	2020	2021
01-JANEIRO	27	34
02-FEVEREIRO	60	26
03-MARÇO	24	38
04-ABRIL	4	80
05-MAIO	22	56
06-JUNHO	16	26
07-JULHO	25	
08-AGOSTO	47	
09-SETEMBRO	16	
10-OUTUBRO	31	
11-NOVEMBRO	26	
12-DEZEMBRO	18	
Totais	316	260

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05	2021/06
ADRIANO MARCOS SORIANO LOPES		2					1			1		2	1	1	1	2		1
ALINE PAULA BONNA		1																
ANAXIMANDRA KÁTIA ABREU OLIVEIRA							1											
ANDRÉ VITOR ARAUJO CHAVES																		6



10-OUTUBRO	106	
11-NOVEMBRO	118	
12-DEZEMBRO	96	
Totais	1085	525

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 16-6-2021, existem 66 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	12
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	47
Tutelas Provisórias Pendentes	7
Total	66

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 28-6-2021 havia 10 processos:

- a) inicial por videoconferência (rito sumaríssimo):** 3 processos;
- b) inicial por videoconferência:** 3 processos;
- c) instrução:** 4 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010405/21, 0010235/21, 0010222/21, 0010400/21, 0010420/21, 0010423/21, 0010291/21, 0010116/21, 0010723/20 e 0010317/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010400/21: processo sujeito ao procedimento sumaríssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS



JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 22-6-2021, 189 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 6 processos. Identificado erro de extração do processo 0126100-45.2006.5.03.0013, que será objeto de análise pela equipe construtora do Painel de Migração - CLEC com o objetivo de correção.

Exame dos autos dos processos do PJe: 0010394/21, 0010404/21, 0010402/21, 0010387/21, 0010377/21, 0010335/20, 0010321/21, 0010324/21, 0010298/21, 0010219/21, 0010022/20, 0010017/21, 0010007/21, 0010176/21, 0010347/20, 0010644/20, 0010554/19, 0010878/19, 0010356/19, 0010379/19, 0010033/21, 0010140/21, 0010268/21, 0010102/21, 0010294/21, 0010252/21, 0010310/21, 0010316/21, 0010322/21, 0010337/21, 0010338/21, 0010129/21, 0010221/21, 0010024/21, 0010248/20, 0010706/20, 0010041/21, 0010744/20, 0010003/21, 0010622/20, 0010580/20, 0010617/20, 0010654/20, 0010877/20, 0010793/20, 0011535/17, 0010716/20, 0010401/20, 0010451/20, 0010230/19, 0010672/20, 0010653/20, 0010212/20, 0010414/20, 0010707/20, 0010536/20, 0010357/18, 0010705/19, 0010553/18, 0010014/18, 0010196/21, 0010195/21, 0010114/21, 0010359/21, 0010293/21, 0010231/21, 0010312/21, 0010177/21, 0010279/21, 0010037/21.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se as MM. juízas que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 8 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa	Fase
0001847-38.2013.5.03.0013	Aguardando prazo	Liquidação
0001973-54.2014.5.03.0013	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0010774-51.2017.5.03.0013	Cumprimento de Providências	Liquidação
0010841-84.2015.5.03.0013	Assinar despacho	Liquidação
0011532-64.2016.5.03.0013	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0046200-76.2007.5.03.0013	Arquivo	Execução



0126100-45.2006.5.03.0013	Retorno De Autos Fisicos Digitalizados Em 27/11/2020 - Pendente de Airr	Conhecimento
---------------------------	---	--------------

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 3 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa	Fase
0010195-06.2017.5.03.0013	Arquivo	Execução
0010443-40.2015.5.03.0013	Aguardando apreciação pela instância superior	Liquidação
0010853-25.2020.5.03.0013	Aguardando audiência	Conhecimento

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo/ordinário	30	330	0
Instrução processo físico	1.787	0	0
Instrução processo eletrônico	246	150	223

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo	25	15	7-7-21- 11 dias
Procedimento Ordinário	16	22	12-7-21 - 14 dias
Instrução	127	114	15-2-2022 - 138 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2021 até 16-6-2021).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	433	226



2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	97	225

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	1	2.798
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	122	1.087
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	1	0

No ano atual, apurou-se que, até o dia 16/06/2021, com 107 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	24	0,224
Julgados procedentes em parte	116	1,084
Julgados improcedentes	51	0,477
Extintos com resolução de mérito	1	0,009
Outras decisões com resolução de mérito	0	0



Total com exame de mérito	192	1,794
Extintos sem resolução de mérito	20	0,187
Arquivamento	27	0,252
Desistência	22	0,206
Outras decisões sem resolução de mérito	19	0,178
Total sem resolução de mérito	88	0,822
Decisões de conhecimento	280	2,617
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	114	1,065
Conciliações	24	0,224
Decisões na fase de execução	123	1,15
Total	541	5,056

No ano 2020, apurou-se que, em 235 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	2020	Média/dia útil
Julgados Procedentes	57	0,243
Julgados procedentes em parte	175	0,745
Julgados Improcedentes	123	0,523
Extintos com resolução de mérito	4	0,017
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com resolução de mérito	359	1,528
Extintos sem resolução de mérito	45	0,191
Arquivamento	77	0,328
Desistência	29	0,123
Outras decisões sem resolução de mérito	55	0,234
Total sem resolução de mérito	206	0,877



Decisões de conhecimento	565	2,404
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	180	0,766
Conciliações	210	0,894
Decisões na fase de execução	95	0,404
Total	1.050	4,468

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – No período de 01/05/2021 até 31/05/2021, com 21 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	4	0,19
Conciliação em execução	22	1,048
*Encerramento de instrução	2	0,095
Inicial / Inicial (rito sumaríssimo)	97	4,619
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução / Instrução (rito sumaríssimo)	50	2,381
Una / Una (rito sumaríssimo)	0	0
Total	173	8,2

* Os encerramentos de instrução não são totalizados

No mês de maio de 2021, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 24 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.



Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução. (dados apurados no mês de junho até o dia 16-6):

	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
01-JANEIRO	17	16	1	1	1	2
02-FEVEREIRO	27	32	1	2	3	2
03-MARÇO	17	35	3	2	2	5
04-ABRIL	4	34		4		3
05-MAIO	21	24	3	2	2	1
06-JUNHO	9	16	2	2	1	4
07-JULHO	20		2		2	
08-AGOSTO	18		5		4	
09-SETEMBRO	30		2		1	
10-OUTUBRO	23		4		1	
11-NOVEMBRO	25		3		2	
12-DEZEMBRO	12		2		2	
Totais	223	157	28	13	21	17

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05	2021/06	
ADRIANO MARCOS SORIANO LOPES									26	2								2	
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS				2				2	1		1	1				2	1	2	
ANDRÉ VITOR ARAUJO CHAVES																		4	
ANNA ELISA FERREIRA DE RESENDE RIOS														1					
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA					2			4			1				6	4			
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI										2	2								
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS									1	1	1							2	3
HAYDEE PRISCILA PINTO COELHO DE SANT'ANA															3				
JANE DIAS DO AMARAL			2							7						4	9		



JUNE BAYAO GOMES GUERRA													2	19	35	19	25		15
LILIAN PIOVESAN PONSSONI	3	2															3		
LUCIENE TAVARES TEIXEIRA SCOTELANO																			4
MANUELA DUARTE BOSON SANTOS																	1		
MARCO ANTONIO RIBEIRO MUNIZ RODRIGUES	16	29	6	3	22	12	24	21	5	8	9	13							
NATÁLIA ALVES RESENDE GONÇALVES																		6	
PAOLA BARBOSA DE MELO																			3
PEDRO MALLET KNEIPP											8	16							
SOLAINY BELTRAO DOS SANTOS			14																
TATIANA CAROLINA DE ARAUJO																	10		
VITOR MARTINS POMBO																		2	2
WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO				1															
Totais	19	31	22	4	26	12	24	27	33	28	30	16	19	36	42	41	27	22	

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram realizadas audiências, conforme abaixo (dados apurados no mês de junho até o dia 16-6):

	2020	2021
01-JANEIRO	109	48
02-FEVEREIRO	166	125
03-MARÇO	80	190
04-ABRIL		143
05-MAIO	16	173
06-JUNHO	40	96
07-JULHO	95	



08-AGOSTO	115	
09-SETEMBRO	124	
10-OUTUBRO	118	
11-NOVEMBRO	140	
12-DEZEMBRO	54	
Totais	1057	775

	2020/0	2020/0	2020/0	2020/0	2020/0	2020/0	2020/0	2020/0	2020/0	2020/1	2020/1	2020/1	2021/0	2021/0	2021/0	2021/0	2021/0	2021/0
	1	2	3	5	6	7	8	9	0	1	2	1	2	3	4	5	6	
ADRIANO MARCOS SORIANO LOPES								101	11								11	
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS				2	1		3	3	1	1	2	2	2		8	5	2	
ANDRÉ VITOR ARAUJO CHAVES																36		
ANNA ELISA FERREIRA DE RESENDE RIOS													2					
ERICA APARECIDA PIRES BESSA				1													1	
FERNANDA CRISTINE NUNES TEIXEIRA										1								
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA			3	6	1	3	6			1	2	2	20	7	1			
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI									7	4								
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS							1	4	1	4						14	11	
HAYDEE PRISCILA PINTO COELHO DE SANT'ANA														14				
JANE DIAS DO AMARAL									30					19	19	34		
JUNE BAYAO GOMES GUERRA												44	119	59	94		64	
LILIAN PIOVESAN PONSSONI	16	7												20				
LIZA MARIA CORDEIRO											3							
LUCIENE TAVARES TEIXEIRA SCOTELANO																	17	
MANUELA DUARTE BOSON SANTOS														7				



MARCO ANTONIO RIBEIRO MUNIZ RODRIGUES	93	159	35	7	38	92	105	16	28	47	49								
NATÁLIA ALVES RESENDE GONÇALVES																	15		
PAOLA BARBOSA DE MELO																		33	
PEDRO MALLET KNEIPP									32	82									
SOLAINY BELTRAO DOS SANTOS			42																
TATIANA CAROLINA DE ARAUJO																	35		
VITOR MARTINS POMBO																		21	19
Totais	109	166	80	16	40	95	115	124	118	140	54	48	125	190	143	173	96		

Foram realizadas 111 audiências de 1º-6-2021 até o dia 22-6-2021 e designadas 42 de 23-6-2021 até do dia 30-6-2021. Em julho estão designadas 82 audiências.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (dados apurados no mês de junho até o dia 16-6):

	2020	2021
01-JANEIRO	116	45
02-FEVEREIRO	109	79
03-MARÇO	66	97
04-ABRIL	32	94
05-MAIO	37	73
06-JUNHO	57	47
07-JULHO	68	
08-AGOSTO	62	
09-SETEMBRO	59	
10-OUTUBRO	52	
11-NOVEMBRO	68	
12-DEZEMBRO	49	
Totais	775	435



	2020/ 01	2020/ 02	2020/ 03	2020/ 04	2020/ 05	2020/ 06	2020/ 07	2020/ 08	2020/ 09	2020/ 10	2020/ 11	2020/ 12	2021/ 01	2021/ 02	2021/ 03	2021/ 04	2021/ 05	2021/ 06
ADRIANO MARCOS SORIANO LOPES									41	18	2					1	2	2
ALEXANDRE WAGNER DE MORAIS ALBUQUERQUE										1								
ALINE PAULA BONNA														1				
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS					2											1		
ANDRÉ BARBIERI AIDAR												1						
ANDRÉ VITOR ARAÚJO CHAVES																	20	5
CAMILA CESAR CORREA	23																	
CHRISTIANNE DE OLIVEIRA LANSKY					1													
CLARICE DOS SANTOS CASTRO															1			
FLANIO ANTONIO CAMPOS VIEIRA								1										
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA															1	1		
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS									1									
HAYDEE PRISCILA PINTO COELHO DE SANT'ANA															4	1		
HENRIQUE MACEDO DE OLIVEIRA								1										
ISABELLA SILVEIRA BARTOSCHIK										1								
JANE DIAS DO AMARAL			4				1			7	9	1			3	19	18	
JUNE DAYAO GOMES GUERRA												1	34	77	51	57	5	28
LAUDENICY MOREIRA DE ABREU												1						
LEONARDO PASSOS FERREIRA														1				
LILIAN PIOVESAN PONSSONI	1														12	1		
LUCIENE TAVARES TEIXEIRA SCOTELANO																	10	
MANUELA DUARTE BOSON SANTOS															4	1		



MARCO ANTONIO RIBEIRO MUNIZ RODRIGUES	56	108	29	29	34	56	67	60	14	16	24	33	1						
MARCOS CESAR LEAO									1										
NATÁLIA ALVES RESENDE GONÇALVES																9			
PAOLA BARBOSA DE MELO																	15	3	
PEDRO MALLET KNEIPP	2					1				10	33	12	8						
SOLAINY BELTRAO DOS SANTOS			33	2															
TATIANA CAROLINA DE ARAUJO	36	1													21	3			
VITOR MARTINS POMBO									1									3	9
WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO				1															
Totais	118	109	66	32	37	57	68	62	59	52	68	49	43	79	97	94	73	47	

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período - os despachos nos termos do artigo 203, § 4º, do CPC não são contabilizados (dados apurados no mês de junho até o dia 16-6):

	2020	2021
01-JANEIRO	727	834
02-FEVEREIRO	1018	1206
03-MARÇO	1134	1470
04-ABRIL	650	1350
05-MAIO	1046	1211
06-JUNHO	1070	709
07-JULHO	1100	
08-AGOSTO	984	
09-SETEMBRO	1038	
10-OUTUBRO	1287	
11-NOVEMBRO	1098	
12-DEZEMBRO	871	
Totais	12023	6780



Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8h30min. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 15 minutos/uma hora para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Recomenda-se à magistrada, quanto à residência, que cumpra a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantenha o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro (a) magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

5. Produtividade –

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos			
	2019	2020	2021 até 16-6
Processos recebidos	994	799	387
Média por dia útil	4,4	3,4	3,6
Processos remanescentes do ano anterior	560	425	448
Sentenças anuladas	14	12	4
Total de processos para solução	1.568	1.236	839
Processos solucionados	1.193	775	435
Processos conciliados	412	210	155



Produtividade	76,08%	62,70%	51,85%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 19,61% em relação ao número de processos recebidos no ano 2019. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2020 houve uma diminuição de 13,38%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2021-2026 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução GP n. 194, de 20 de dezembro de 2021.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2021 até 16-6-2021)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	155
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	435

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	435
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	391



3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	130
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	137

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2021 até 16-6-2021)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	477
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	423

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	829
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	215

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2021 até 16-6-2021)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	423
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	215
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	12



2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	477
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	829
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	12

Perfil da Vara do Trabalho

Belo Horizonte - 13ª Vara

Indicadores / Período de referência		Ano 2020 01/01/2020 a 31/12/2020	1º trim 2021 01/04/2020 a 31/03/2021
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,70	1,21
	I02 - Pendentes	1.626	1.575
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	142,05	175,50
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	189,99	184,35
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	2.363,85	2.242,47
	I07 - Taxa de conciliação (%)	27,13	32,81
	I08 - Taxa de solução (%)	95,67	89,00



	I13 - Taxa de execução (%)	113,92	71,88
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	42,47	43,07
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	72,30	75,26
	I11 - Produtividade por servidor	88,00	81,00
	I12 - Pendentes por servidor	117,67	116,50
Meso	Acervo	0,33	0,34
	Celeridade	0,55	0,60
	Produtividade	0,57	0,61
	Congestionamento processual	0,61	0,64
	Força de trabalho	0,56	0,58
Macro	IGEST	0,5237	0,5565
	Posição IGEST	120	132
	Movimentação processual	1001 a 1500	1001 a 1500

FONTE: Sistema e-Gestão (dados do último trimestre extraídos em 07/05/2021)

6. ARRECAÇÃO – Ano 2020

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valor pago aos reclamantes
R\$1.604.730,16	RS452.023,22	R\$13.254.172,12

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontra-se em vigor a Portaria 1/1999, que regulamenta a prática de atos ordinatórios.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.



9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foi encontrado excesso de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como a suspensão de prazos processuais e a realização de audiências no período de 7 a 20 de janeiro de 2021, nos termos do art. 775-A da CLT e as determinações referentes à pandemia COVID-19.

10. Gestão Estratégica

Meta 1 CNJ/2021: Julgar mais processos que os distribuídos – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

No ano 2021, até o dia 31-5-2021, o percentual alcançado foi de 100,85% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 96,98%.

Em 2020, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 88,53% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 86,78% (valor consultado em 16/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 2 CNJ/2021: Julgar processos mais antigos – Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus.

No ano 2021, até o dia 31-5-2021, o percentual alcançado foi de 89,74% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 84,88%.

Em 2020, quando a Meta era “era Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2018, nos 1º e 2º graus.”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 98,49% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo o resultado deste Regional de 98,21%.

Meta 3 CNJ/2021: Estimular a conciliação – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

No ano 2021, até o dia 31-5-2021, o percentual alcançado foi de 94,50% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 102,57%.

Em 2020, quando a Meta era “Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 77,97% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste



Regional foi de 48,78%, conforme modelo de apuração do SIGEST/CSJT e 108,40% de cumprimento da meta, conforme modelo de apuração do CNJ, que utiliza como parâmetro a cláusula de barreira, que em 2020 foi de 45%. Ressalta-se que o indicador possui como meta o valor de 46,58% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 5 CNJ/2021: Reduzir a taxa de congestionamento – Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Trata-se de uma nova meta para o exercício de 2021.

No ano 2021, até o dia 31-5-2021, o percentual alcançado na fase de conhecimento foi de 43,09% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 47,21%.

No ano 2021, até o dia 31-5-2021, o percentual alcançado na fase de execução foi de 62,35% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 65,65%.

Em 2020, a Meta 5 era “Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 112,14%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, tendo cumprindo a Meta. O resultado deste Regional foi de 101,95% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 6 CNJ – Em 2020, quando a Meta era “Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.” (VIGOROU ATÉ 2020).

Em 2020, a Meta 6 era “Priorizar o julgamento das ações coletivas – identificar e julgar até 31-12-2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2017 no 1º grau, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 98,68%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, tendo cumprindo a Meta. O resultado deste Regional foi de 103,75%.

Meta 11 CNJ/2021: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica – Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total.

No ano 2021, conforme painel do CLEC – disponível na intranet esta unidade organizacional possui 6 processos migráveis. Identificado erro de extração do processo 0126100-45.2006.5.03.0013, que será objeto de análise pela equipe construtora do Painel de Migração - CLEC com o objetivo de correção.

Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento.

No ano 2021, até o dia 31-5-21, o tempo médio de duração do processo desta unidade está em 230 dias, sendo de 191 dias o resultado deste Regional para o mesmo período.



Em 2020, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2018, em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 142 dias, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 171 dias (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2020 era de 208 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, seja observada a publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção e seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da



Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) inserido na pauta o processo sobrestado já julgado pelo STF com incidentes de Repercussão Geral, discriminados no item 1.7 desta Ata, e que sejam observadas, também, as informações encaminhadas pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas – NUGEPNAC, periodicamente à vara, referentes a processos já julgados pelo STF, para evitar o acúmulo desses processos;

3) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

4) examinados e sancados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;

5) saneados os processos incidentais, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

6) envidados esforços para aumentar a produtividade, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;

7) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

8) cumprido o Ofício Circular N. CR/53/21 – (PP-320-2019), referente ao objetivo de alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total, correspondente à Meta 11/2021 do CNJ;

9) envidados esforços para o cumprimento da **Meta 1 CNJ/ 2021**: Julgar mais processos que os distribuídos - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente; **Meta 2 CNJ/ - 2021**: Julgar processos mais antigos - Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus; **Meta 3 CNJ/ - 2021**: Estimular a conciliação - Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%;



10) envidados esforços para reduzir a taxa de congestionamento – Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%; bem como reduzir o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento;

11) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

12) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional, videoconferência e por "WhatsApp Business", bem como cumprida a Instrução Normativa Conjunta GP.GCR.GVCR N. 70-2021 de 16 de março de 2021, que trata do atendimento telepresencial ao público externo por meio de Balcão Virtual no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Todos esses canais de atendimento ao público externo deverão ser utilizados durante o horário de expediente das unidades;

13) observada a Resolução Conjunta GP/GCR n. 136, de 27 de janeiro de 2020, a Vara do Trabalho deverá adotar as medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no Capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até que se efetive a liberação do acesso ao sistema Garimpo, as Varas do Trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/acesso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal), <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

14) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

15) cumprida a determinação constante do § 3º, do artigo 104, do Provimento Consolidado nº 3/2015, deste Regional, a saber: “inexistindo manifestação ou persistindo a divergência, o juiz, na hipótese de não se decidir pela homologação de um dos cálculos apresentados, nomeará, imediatamente, perito para elaborar laudo, em prazo prefixado segundo a complexidade do trabalho a ser executado”;

16) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes no Painel de Produtividade, disponível na intranet deste Regional;



17) observados os lançamentos no PJe de acordo com o e-Gestão – 1º Grau, bem como suas atualizações, disponíveis na intranet – manuais e orientações – magistrados e servidores – 1) e-Gestão;

18) cumprida a Resolução 233, de 13-7-2016, do CNJ que dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus, disponível no sítio eletrônico <https://portal.sigco.jt.jus.br/portal/0>, escolhendo e nomeando perito cadastrado, por nomeação direta do profissional ou por sorteio eletrônico, a critério do magistrado, observando o critério equitativo de nomeação em se tratando de profissionais da mesma especialidade;

19) realizado, pela magistrada e pelos servidores, quando liberado pela unidade responsável, o Exame Periódico de Saúde na data apazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2020:

A Corregedoria Regional verificou que não foi observada a seguinte recomendação, formulada naquela oportunidade:

1) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.”



Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 16 horas do dia vinte e cinco de junho de 2021, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 105, publicado no DJe 15-6-2021, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e José Múcio Antônio Lambertucci.

Ana Maria Amorim Rebouças
Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138
Assinado de forma digital por MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138
Dados: 2021.06.29 09:46:02 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria